



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO**  
PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

ANO DE 2012

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL  
DO DIA 19 JANEIRO DE 2012

N.º 03 /2012



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO**  
PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE VALONGO REALIZADA NO  
DIA DEZANOZE DE JANEIRO DO ANO DOIS  
MIL E DOZE**

No dia dezanove de janeiro do ano de dois mil e doze, nesta cidade de Valongo, Edifício dos Paços do Concelho e sala das reuniões da Câmara Municipal, reuniram os Excelentíssimos Senhores:

Presidente      Dr. Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo

Vereadores      Dr. João Paulo Rodrigues Baltazar  
                            Dr.ª Maria Trindade Morgado do Vale  
                            Dr. Arnaldo Pinto Soares  
                            Dr. José Luís da Costa Catarino  
                            Dra. Luísa Maria Correia de Oliveira  
                            Dr. José Joaquim da Silva Miranda  
                            Dr.ª Maria José Batista de Moura Azevedo  
                            Dr. José Pedro Paupério Martins Panzina

Foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara quando eram dez horas e dez minutos.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi aceite a substituição do Senhor Vereador, Dr. Afonso Lobão pelo Senhor Vereador, Dr. José da Silva Miranda.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO**  
PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

REUNIÃO ORDINÁRIA  
DE 2012.01.19

**AGENDA DE TRABALHOS**

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- ◇ Intervenção dos Membros da Câmara;
- ◇ Operações de Tesouraria.

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Diversos**

- 1 – Aprovação da ata de 15.12.2011.

**DASE – Departamento de Ação Social e Educação**

- 2 - Atribuição de subsídio para despesas de funcionamento corrente e material de desgaste para os estabelecimentos de educação e ensino – Ano Letivo 2011/2012.

**DF – Departamento Financeiro**

- 3 - Procissão em Honra a S. Vicente - Autorização para a realização.

**DOMT – Departamento de Obras Municipais e Transportes**

- 4 - Desvio de trânsito na Rua Presas de Sá, em Ermesinde, para realização da travessia sob o Rio Tinto.  
Ratificação de Despacho.

**DPGU – Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística**

- 5 - Processo de elevadores n.º 32-E/2010 em nome de Administração do Condomínio Edifício Penta.  
- Local – Rua das Lousas – Valongo. Proposta de selagem de elevadores.

Valongo, 16 de janeiro de 2012

O Presidente da Câmara,

(Dr. Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo)



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

### INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, dizendo que queria falar de um assunto que tinha sido abordado na reunião de Câmara da semana anterior e que tinha deixado algumas dúvidas. Disse o senhor Presidente da Câmara que o concurso para técnico superior, da sua ex-nora, tinha sido posterior em mais de um ano ao divórcio com o seu filho e que quando decorreu o concurso, já não havia qualquer parentesco entre o seu filho e a sua ex-nora.

Disse o Senhor Presidente da Câmara que o processo de avaliação do período experimental da técnica tinha sido avaliado pelo gabinete jurídico, verificara que tinha sido nomeado o júri de avaliação do período experimental da trabalhadora, que a trabalhadora tinha procedido à entrega do relatório do período experimental, que o júri deveria ter procedido à avaliação do período experimental da trabalhadora e submeter tal apreciação a homologação do Presidente da Câmara, não o tendo feito. Tinha sido proferido despacho diretamente no relatório do período experimental, que entendeu que tinha sido que concluído com sucesso o período experimental. Os serviços tinham efetuado a publicação no Diário da República, publicitando que tinha sido celebrado contrato de trabalho sem termo para a referida trabalhadora, mas como não existia a avaliação do júri, não poderia ter sido publicado tal aviso, pelo que o procedimento concursal estava ferido de invalidade, encontrando-se a publicação do aviso inquinado, pelo que o procedimento seria anulado a partir da data de entrega do relatório do período experimental, sendo dado sem efeito o aviso na parte que referia a trabalhadora em causa, bem como o despacho referido.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, cumprimentando os presentes.

Disse o Senhor Vereador que o que tinha sido lido pelo Presidente da Câmara era o desfecho natural da “embrulhada” que tinha sido presenciada na Câmara na semana anterior quanto ao processo de técnico de relações internacionais. Disse que tinha sido uma situação confrangedora, que a invalidade estava à vista e o caminho seria anular o ato e praticar um outro que fosse adequado ao que estava previsto na lei. Porém, disse, tal era insuficiente, pois o que se tinha passado na reunião tinha sido suficientemente grave para que a Câmara não tomasse uma posição.

Referiu o Senhor Vereador que perante várias insistências suas à senhora Chefe da Divisão de Recursos Humanos, tinha sido reiterada a mentira de que havia um relatório que não existia e que havia só um problema de mau arquivo, tendo sido dado tempo para que fosse feita a pesquisa, tendo no fim da reunião sido dito que o tempo não tinha sido suficiente e pedida mais uma semana para se encontrar um relatório que tinha sido dito agora pelo Senhor Presidente da Câmara que não existia.

Disse o Senhor Vereador que perante o órgão político colegial, perante o Senhor Presidente da Câmara e oito Vereadores que tinham a responsabilidade política de condução dos destinos do Município, a senhora Chefe da Divisão tinha mentido reiteradamente, o que não poderia passar em claro.

Submeteu o Senhor Vereador à apreciação da Câmara uma recomendação para que, se o Senhor Presidente da Câmara não tomasse essa iniciativa, fosse instaurado um processo disciplinar por



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

violação grave de um dever fundamental dos funcionários perante os órgãos dirigentes - o dever de lealdade -, acrescentando o Senhor Vereador que tinha havido uma violação grave do dever de lealdade. Disse o Senhor Vereador que ou o Senhor Presidente da Câmara dizia que tomava a iniciativa de instaurar um processo disciplinar à Senhora Chefe de Divisão, ou ele propunha a votação de uma moção de resolução, no sentido de instar a Câmara e o Senhor Presidente a tomar essa iniciativa.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, dizendo que tinha referido que a trabalhadora tinha procedido à entrega do relatório do período experimental.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que não se tinha referido ao relatório do período experimental, mas ao relatório do júri.

Disse que na semana anterior, o relatório do período experimental não estava no processo, mas tinha aparecido no dia da reunião de Câmara, acrescentando que estava em causa o relatório do júri, que a Senhora Chefe de Divisão, que o integrava, tinha dito que tinha participado numa reunião e que o relatório tinha sido feito, mas estava mal arquivado.

Disse o Senhor Vereador que tinha havido uma violação grave do dever de lealdade e que a Senhora Chefe de Divisão tinha obrigação de ser leal com os Vereadores, devendo ter dito na semana anterior o que acabara de ser dito pelo Senhor Presidente da Câmara.

Disse, ainda, o Senhor Vereador que essa violação grave teria de originar um processo disciplinar e ou o Senhor Presidente da Câmara tomava essa iniciativa, ou ele próprio proporia que fosse votada uma resolução nesse sentido.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, dizendo que iria enviar o processo ao gabinete jurídico, para que fosse proposto o procedimento a seguir.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que o gabinete jurídico não determinava se havia ou não procedimento disciplinar, quanto muito, disse, depois de determinado por quem tinha poder para instaurar o processo, o gabinete jurídico dizia se o processo tinha ou não condições para avançar do ponto de vista jurídico e se havia ou não violação de deveres, acrescentando que a deliberação de instaurar o processo era tomada por quem tinha autoridade para tal e o gabinete jurídico não tinha essa autoridade.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, dizendo que o gabinete jurídico iria propor-lhe qual o procedimento a adotar.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que ou Senhor Presidente assumia perante os membros da Câmara que decidiria instaurar um processo disciplinar ou o Senhor Presidente não queria deliberar e a Câmara deliberava, pois tinha autoridade para tal.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, dizendo que mandaria averiguar e que se fosse para instaurar um processo disciplinar, instaurava-se, mas queria que o gabinete jurídico dissesse em que termos e como.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que naquele momento estava a fazer uma denúncia de um comportamento de um funcionário da Câmara perante o órgão político que era a Câmara, de um comportamento que entendia ser uma violação grave do dever de lealdade e a sua acusação justificava, só por si, que fosse instaurado um processo disciplinar, acrescentando que a verificação ou não dos pressupostos da acusação era uma questão que o próprio processo haveria de determinar.

Referiu o Senhor Vereador que se o Senhor Presidente não o quisesse fazer, a Câmara deliberaria em conjunto a abertura de um processo disciplinar.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, dizendo que iria instaurar um processo de inquérito.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que a denominação não era importante e que interessava que o processo fosse instaurado.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, cumprimentando os presentes.

Disse a Senhora Vereadora que conforme havia solicitado, o Senhor Vice-Presidente tinha remetido a informação sobre a escolha do jornal o Verdadeiro Olhar, para ser feita a publicação do aviso do inquérito público de alteração pontual do PDM de Valongo, tendo verificado na parte processual, que a responsabilidade da escolha poderia ser dividida, sendo a responsabilidade final do Senhor Vice-Presidente.

Disse a Senhora Vereadora que era estranho que não tivesse sido acatada a sugestão dada pelos eleitos pela Coragem de Mudar para que no caso concreto, atendendo a antecedentes em processos semelhantes, houvesse o cuidado do anúncio ser publicado num jornal de grande divulgação, dada a importância de que se revestia, pois tratava-se de uma consulta pública, tendo a opção sido feita pelo valor mais baixo, acrescentando que não era de admirar que o valor mais baixo tivesse sido proposto por um jornal que não tinha cobertura praticamente nenhuma.

Disse a Senhora Vereadora que não queria fazer juízos de valor, no entanto, os funcionários do gabinete de imprensa estavam presentes em todas as reuniões de Câmara e não podiam ter ignorado a sugestão feita expressamente pelos eleitos da Coragem de Mudar e que constava da ata, acrescentando que a proposta para a escolha do jornal tinha sido feita pelo gabinete de imprensa.

Referiu a Senhora Vereadora que a proposta demonstrava falta de profissionalismo e negligência, pois se os funcionários da Câmara afetos ao gabinete de imprensa estavam presentes nas reuniões, não era para tomar conta delas, mas para ouvir as recomendações feitas, e a recomendação que então tinha



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

sido feita era da de que o anuncio fosse feito num jornal de grande audiência, não fazendo sentido que não tivessem tomado em consideração e não a tivessem cumprido.

Mais disse a Senhora Vereadora que o relatório da consulta pública tinha acabado por não ser aprovado em reunião de Câmara, mas podia tê-lo sido e o que se pretendia com uma consulta pública era que o maior número possível de pessoas com interesses diretos ou indiretos no processo pudessem dar a sua opinião, e quanto mais pessoas participassem melhor seria, acrescentando que a displicência com que tinha sido feita a proposta dizia bem de uma prática que infelizmente não era a primeira vez que acontecia e, por não ser a primeira vez, os eleitos da Coragem de Mudar tinham recomendado que a publicação fosse feita num jornal de grande audiência.

Solicitou a Senhora Vereadora que de futuro, e em casos semelhantes, aquela recomendação fosse tomada à letra, devendo ser feita publicação num jornal com cobertura suficiente que deixasse os eleitos da Câmara suficientemente tranquilos relativamente ao âmbito da consulta pública.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que se havia alguém responsável pela situação era ele, pois não fugia às suas responsabilidades, acrescentando que no decorrer das reuniões de Câmara tinha detetado uma dificuldade de tomar nota das questões que se levantavam na discussão política, pelo que tinha solicitado às pessoas que secretariavam as reuniões que no final lhe dessem um resumo do que tinha ficado acordado, para não ter de esperar pela elaboração das atas para que os assuntos fossem resolvidos, acrescentando que no caso em apreço, a ata tinha sido elaborada depois do assunto estar resolvido.

Mais disse o Senhor Vice-Presidente que não tinha sido por causa da publicação do anúncio no jornal que tinha sido escolhido que o assunto tinha deixado de ser bem publicitado, pois o processo tinha sido muito discutido e anunciado em vários jornais de grande tiragem nacional, sem encargos de publicação, no entanto, disse, as medidas corretivas quanto aquela matéria estavam em marcha.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, dizendo que tinha ficado satisfeita com a justificação dada pelo Senhor Vice-Presidente e que estava segura que o gabinete de imprensa teria mais cuidado com a publicação de próximos avisos.

Mudando de assunto, perguntou a Senhora Vereadora ao Senhor Vice-Presidente se a Câmara tinha sido convidada a estar presente nalgum encontro que teria lugar com o grupo Jerónimo Martins, acrescentando que o nome do Senhor Vice-Presidente tinha sido invocado e queria saber como tinha surgido a reunião, onde teria lugar e que assuntos seriam tratados.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que num contacto com uma pessoa responsável pela empresa, tinha-lhe sido solicitado que indicasse a melhor forma de poder ser explicado às diversas forças políticas do concelho a obra que pretendiam levar a cabo no concelho de Valongo e que ele, tendo em conta que o órgão onde estavam representadas todas as forças políticas era a Assembleia Municipal, tinha diligenciado junto Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de comunicar tal intenção, para que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pudesse



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

conversar com os diversos líderes, acrescentando que o papel da Câmara seria o de agilizar o contacto e a logística para as pessoas se deslocarem a Lisboa.

Disse o Senhor Vice-Presidente que tinha questionado o responsável pela empresa se a explicação poderia ser dada no concelho, tendo-lhe sido dito que gostariam de mostrar in situ que tipo de obra pretendiam fazer, que pretendiam uma obra com qualidade e que o sítio que propunham que fosse visitado era o mais aproximado daquilo que pretendiam implantar, pois tinha uma parte social, com um refeitório e uma creche para os filhos dos funcionários, e um modelo de organização logística que era o mais próximo da nova geração que o grupo pretendia construir.

Referiu o Senhor Vice-Presidente que tinha sido publicado num jornal que a empresa iria construir uma plataforma logística no sul e outra no norte.

Mais disse que o contacto por parte da empresa tinha sido feito com ele por razões óbvias, tendo entendido que o órgão onde estariam representadas as forças políticas era a Assembleia Municipal, razão pela qual tinha direcionado o assunto para aquele órgão.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, dizendo que percebia a razão de ter sido invocado o nome do Senhor Vice-Presidente e que tinha demonstrado a sua estranheza pelo facto dos Vereadores da Coragem de Mudar terem sido convidados pelo seu líder parlamentar para estarem presentes no encontro com a empresa.

Disse a Senhora Vereadora que faria todo o sentido que o convite tivesse partido da Câmara, pois qualquer deliberação, para chegar à Assembleia Municipal, teria que passar primeiro pela Câmara, acrescentando que por essa razão o relatório da consulta pública tinha morrido na Câmara, precisamente por não ter tido votos suficientes para chegar à Assembleia Municipal.

Disse a Senhora Vereadora que após ter sido contactada e falado com o Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina, e com o líder parlamentar da Coragem de Mudar, tinha referido que aqueles eleitos estariam disponíveis para todos os encontros, com todas as pessoas e com todos os grupos, independentemente de quem fossem, porque era assim que as pessoas se entendiam e percebiam melhor os objetivos, conforme tinha ficado claro numa reunião havida entre os membros da Câmara e o grupo Novimoveste.

No entanto, disse, os eleitos da Coragem de Mudar entendiam que não se promoviam reuniões formais sem haver uma agenda e por muito interessante que fosse uma visita à plataforma logística, o processo estava muito a montante da plataforma logística, uma vez que o pedido de alteração pontual do PDM tinha sido feito, mas tinha morrido com o chumbo do relatório da consulta pública, pedido esse que, disse, tinha sido feito por um fundo imobiliário de um banco e era esse a outra parte do processo, acrescentando a Senhora Vereadora que sem prejuízo de ser muito interessante ver uma plataforma logística, aqueles eleitos entendiam que para além de não haver agenda para a reunião, não fazia o menor sentido que se fizesse deslocar pessoas para falar de um assunto que se prendia com o concelho de Valongo e, por tal razão, tinham dito que estariam disponíveis para todas as reuniões, com quem quer que fosse, desde que as reuniões tivessem uma agenda e tivessem lugar no concelho de Valongo, porque era no concelho que as coisas se passariam.





## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Referiu a Senhora Vereadora que o Senhor Vice-Presidente tinha dito que não havia como ver in loco a plataforma logística, no entanto, apesar de viverem na província, os eleitos municipais tinham a noção do que era uma plataforma logística, havendo tecnologias que permitiam a transmissão dessa informação.

Mais disse que pelo facto dos eleitos da Coragem de Mudar não terem sido convidados diretamente pela Câmara, não fazia sentido que os seus Vereadores estivessem presentes, pelo que não estariam presentes, assim como não estaria o líder parlamentar, pois estavam em falta duas condições indispensáveis: não havia uma agenda e a reunião deveria ser em Valongo.

Continuando a sua intervenção, disse a Senhora Vereadora que uma vez que se entendia que a deslocação a Lisboa pretendia demonstrar que o concelho estava muito interessado num investimento no concelho e, disse, todo o Executivo deveria estar, incluindo os eleitos da Coragem de Mudar que tinham votado contra o relatório, e de alguma forma tinham parado o processo, aqueles eleitos tinham entendido que fazia sentido apresentarem uma proposta de resolução, a ser votada ponto a ponto, na qual ficasse demonstrada a posição de todos os membros da Câmara relativamente aquela matéria.

Disse a Senhora Vereadora que os eleitos da Coragem de Mudar relativamente aquele processo e a outros similares, sempre tinham defendido que deveria ser a Câmara a tomar em mãos os destinos do concelho e que as decisões e deliberações em matéria de alteração do uso do solo não deveriam ser feitas por iniciativa de particulares, por muito legítimos que fossem os seus objetivos e por muito desejáveis que fossem os investimentos, para que o Executivo não ficasse aliado a processos pouco claros, como o que tinha vindo a público no processo em apreço.

Disse que aqueles eleitos sempre tinham defendido que tudo era possível, desde que se fizesse por iniciativa da Câmara, que não podia deixar de ser senhora do seu território e de decidir o que entendia ser melhor para esse território, não deixando de ser ativa nesse processo, acrescentando a Senhora Vereadora que a Câmara não podia ser reativa num processo daquela natureza, mas tinha de ser pró-ativa, devendo partir da Câmara a iniciativa, através dum plano estratégico para o concelho, defendido pelos eleitos da Coragem de Mudar desde o primeiro dia, onde fossem previamente definidas as áreas industriais mais adequadas e, depois de definidas, tivessem ou não capacidade construtiva, que a todo o tempo poderia ser alterada, o plano estratégico deveria contemplar e acolher todos os projetos de investimento que viessem para o concelho, que, disse, seriam bem vindos.

Mais disse a Senhora Vereadora que aquele processo não tinha que necessariamente ser mais demorado que aquele que se pretendia fazer aprovar e que o facto de ser dada resposta aos privados que tinham um terreno e pretendiam para lá construir uma indústria tinha o efeito perverso de tirar legitimidade à Câmara para, numa próxima proposta, dizer que não concordava.

Disse, ainda, a Senhora Vereadora que na proposta de resolução, os eleitos da Coragem de Mudar propunham que a Câmara assumisse as suas responsabilidades, que fosse senhora do seu território e dos seus destinos, podendo haver um consenso mais alargado com as forças vivas do concelho, de forma a que pudesse ser definido o que se pretendia para o concelho de Valongo, dando todo o acolhimento possível aos investidores privados, mas não através de atos administrativos, pois, disse, no caso em apreço, pretendia-se através de um ato administrativo, dar capacidade construtiva a uma zona que não a tinha e dar, por essa via, vantagens patrimoniais a quem tinha efetuado o pedido,



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

acrescentando que não estava a referir-se ao grupo Jerónimo Martins, não ganhando a Câmara, nem o concelho, nada com aquele processo.

Terminando a sua intervenção, disse a Senhora Vereadora que os eleitos da Coragem de Mudar queriam dar à Câmara de Valongo a liderança dos processos de alteração do uso do solo e, sobretudo, permitir que ganhem os investidores, mas também o concelho e a Câmara que, disse, bem precisava.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que os eleitos da Coragem de Mudar tinham uma conceção, que constava das declarações de voto, de que as mais-valias geradas pelo poder administrativo que o Município tinha de dar capacidade construtiva aos terrenos, deveriam ficar no Município, pelo menos em grande medida, não podendo o Município servir de instrumento para ganhos muitas vezes excessivos e especulativos, que processos de alteração do uso do solo tinham tido até então, acrescentando que o caso dos terrenos em Alfena era flagrante, independentemente das questões de polícia, onde a especulação estava bem patente, independentemente do mais que pudesse haver.

Disse o Senhor Vereador que no dia 15 de dezembro de 2011, a Câmara tinha votado o relatório sobre o inquérito público e, conforme havia sido dito pelos eleitos da Coragem de Mudar, o processo estava morto, o que não significava que estivesse definitivamente condenado a não ter coisa nenhuma, pois aqueles eleitos entendiam que fazia sentido que a Câmara estudasse e viesse a propor uma solução empresarial para toda a zona, abrangendo os terrenos do outro lado da estrada municipal 606, conforme tinham proposto na reunião de Câmara de setembro de 2011, atendendo à existência de um nó de autoestrada e de um bom serviço de vias, sem prejuízo, disse, de os eleitos da Coragem de Mudar entenderem que no concelho havia um outro espaço que estava moribundo, senão morto, que poderia ser ressuscitado, - a zona industrial de Campo - que não era favorecida apenas por uma autoestrada e uma estrada municipal, mas por duas autoestradas, a A4 e a A41, por uma estrada nacional e ainda pelo caminho de ferro, sublinhando o Senhor Vereador que tal espaço deveria ser revitalizado.

Disse o Senhor Vereador que os eleitos da Coragem de Mudar tinham todo o interesse e toda a disponibilidade para apoiar todas as iniciativas que visassem encontrar os espaços adequados em termos de dimensão para o grupo Jerónimo Martins ou outro qualquer que quisesse instalar no concelho uma grande atividade empresarial, fosse uma plataforma logística ou outra, ainda que para tanto alguns terrenos que não tinham capacidade construtiva, a Câmara lhes viesse a dar; porém, disse, coisa diferente era a Câmara ir de arrasto aos processos especulativos de custos de terrenos. Mais disse o Senhor Vereador que tendo presente a ideia de que não deveria ser fechada a porta para que houvesse construções na zona do nó de Transleça em Alfena, nem, de forma alguma, deveria ser fechada a porta a um investimento do grupo Jerónimo Martins, os eleitos da Coragem de Mudar entendiam que a Câmara já devia estar no terreno a procurar uma solução, em vez de artificialmente dar a ideia de que aquele processo não tinha morrido, acrescentando que o perigo que havia era que não só a diligência da visita à plataforma do grupo Jerónimo Martins não se tinha traduzido em nenhum convite aos Vereadores, que eram quem em primeira instância tinham o poder e o dever de deliberar sobre as



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

matérias, mas um convite às forças políticas e à Assembleia Municipal, não tendo havido nenhum convite à Câmara.

Disse que enquanto Vereador estaria absolutamente indisponível pelas razões já invocadas, para estar presente nessa deslocação, não fechando a porta a tal situação, pois julgava que deveria ser estimulada e acarinhada a vinda do grupo Jerónimo Martins, pela sua dimensão e importância para o concelho de Valongo, porém, disse, tirando as taxas urbanísticas, tal investimento não traduzia uma riqueza excepcional para o concelho, pois grande parte dos impostos ficaria na Holanda.

Continuando a sua intervenção, disse o Senhor Vereador que os eleitos da Coragem de Mudar apresentariam uma resolução que referia que era urgente que a Câmara deliberasse em conjunto sobre o novo paradigma da criação de zonas industriais, como se poderia fazer a partilha dos ganhos imobiliários, dos ganhos de preços dos terrenos que poderiam resultar do poder que o Município tinha de alterar a capacidade construtiva dos terrenos.

Apresentou o Senhor Vereador proposta de resolução, propondo que seus pontos fossem votados individualmente.

### **Resolução**

Tendo em conta que:

1. Na reunião da Câmara Municipal que teve lugar no passado dia 15 de dezembro último, por maioria absoluta, foi reprovado o Relatório de Ponderação referente à alteração pontual do PDM que havia sido requerido pela NOVIMOVESTE, S.A.;
2. Com essa votação, a maioria dos membros da Câmara Municipal quis significar a sua total oposição ao paradigma de criação de “zonas empresariais” à medida do exclusivo interesse de particulares; - e aqui um parêntesis para dizer que com esta afirmação não se fecha a porta a que haja naquele espaço uma zona empresarial mas num outro paradigma;
3. Os poderes legalmente cometidos aos órgãos municipais em matéria de ordenamento do território não estão ao serviço senão do superior interesse público e não se compadecem com a especulação imobiliária;
4. Foi por isso que, na discussão que precedeu a votação acima referida, tanto os aqui subscritores como os Senhores Vereadores do Partido Socialista, recordaram os motivos que os tinham levado a reprovar um pedido de constituição de outra zona empresarial em terrenos próximos aos agora em causa;
5. Foi por isso, também, que essa maioria absoluta de Vereadores fez apelo à necessidade de tratar com equidade todos os proprietários, decidiu aprovar a necessidade de um novo paradigma de criação de “zonas empresariais” e lembrou que é em sede de revisão do PDM que estas matérias devem ser tratadas, sempre a coberto de um Plano Estratégico para o concelho de Valongo e não de intervenções pontuais, estimuladas por interesses também pontuais e exclusivamente particulares;
6. Com esse objetivo, foi então feita a recomendação de que o executivo transmitisse à equipa que tem em mãos a revisão do PDM que tivesse em conta o sentido e alcance dessa votação e passasse a considerar este assunto como um ponto em aberto na referida revisão do PDM, o que veio a ser repetido



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

na reunião de 5 de janeiro corrente; - isto é, este ponto no PDM não é um assunto fechado, nem como está, e portanto estando aberto há de ser o que o Município decidir;

7. Ainda na opinião dessa mesma maioria de eleitos na Câmara Municipal, os investimentos empresariais no território municipal de Valongo são muito bem vindos, não podendo, porém, sê-lo a qualquer custo;

8. Em particular, qualquer previsto ou projetado investimento numa plataforma logística de um qualquer grande grupo distribuidor deve merecer um especial acompanhamento da Câmara Municipal e, por esta, deve ser devidamente acarinhado;

9. A Câmara Municipal, enquanto órgão colegial, não prescinde de nenhuma das competências legais que lhe estão atribuídas, nem as confunde com as que estão atribuídas a outros órgãos autárquicos; - e isto aqui é claro que, o facto de a Assembleia Municipal poder com os seus representantes amanhã deslocar-se aonde quer que seja, isto não invalida que a Câmara perdeu competências nesta matéria;

Reunida em sessão pública no dia 19 de janeiro de 2012, a Câmara Municipal de Valongo resolve:

**A.** Considerar que o procedimento de alteração pontual do PDM que foi requerido pela NOVIMOVESTE, S.A. foi por si indeferido.

**B.** Comunicar ao requerente, para todos os efeitos e com todas as consequências legais, a decisão de indeferimento. - isto tem até a vantagem de poder dar oportunidade ao requerente de iniciar um novo processo, se entender que deve iniciar, sem indeferimento ele não pode dar início a um novo processo, não faz sentido que o dê.

**C.** Dar a conhecer à equipa que leva a cabo a revisão do PDM que deve manter na situação de não resolvida a questão da eventual localização, junto ao designado nó de Transleça da autoestrada A41 e da EM 606, de zonas empresariais. - é portanto uma situação não resolvida.

**D.** Instar o Senhor Presidente a iniciar, com urgência, a procura de terrenos, nomeadamente na Zona Industrial de Campo, que tenham as características dimensionais que comportem uma plataforma logística como a que é referida ser do interesse do grupo Jerónimo Martins, ainda que possam não ter a capacidade construtiva desejada.

**E.** Que todas as iniciativas neste sentido sejam permanentemente dadas a conhecer a todos os membros da Câmara Municipal.

**F.** Que seja agendada com brevidade uma reunião da Câmara que tenha por objeto a discussão do que deve ser o novo paradigma da intervenção municipal em matéria da criação futura de novas “zonas empresariais”.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que a Câmara de Valongo sempre tinha defendido que o nó rodoviário da A41 em Alfena deveria ser na zona do Lombelho, no entanto, não poderia ignorar a sua atual localização.

Disse o Senhor Vice-Presidente que tinha dito que a Câmara nada ganhava com a instalação da plataforma logística em Alfena, porém, disse, poderia ser feito um paralelismo com um processo que tinha decorrido num concelho vizinho, em que para atrair uma empresa internacional, que tinha criado uma centena de postos de trabalho, mas cuja sede era é na Suécia, (não sabendo onde pagava os



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

impostos) tinham sido criadas condições consoante a autarquia tinha entendido, abdicando das taxas do licenciamento e feito um acordo em que a empresa não pagava o IMI durante vários anos, pois tinha considerado que a criação de postos de trabalho e o impacto indireto que havia sobre a população justificava que o bem público abdicasse de um conjunto de receitas em favor da atração do investimento, tendo a autarquia em causa sido largamente elogiada.

Disse o Senhor Vice-Presidente que no caso em apreço havia uma empresa de referência nacional e internacional, e que a Câmara não abdicaria das taxas do licenciamento, não tendo tal questão sido colocada, e o que estava previsto no regulamento seria cumprido, acrescentando que havia a expectativa de que o investimento poderia gerar um montante de taxas superior a um milhão de euros, valor que, disse, só por si já era um ganho.

Referiu o Senhor Vice-Presidente que para além do investimento que seria feito no terreno, estavam previstas melhorias em espaço público superiores a cinco milhões de euros, acrescentando que em termos de receita direta para a autarquia, quer através de obras de infraestruturas, quer através do pagamento de taxas, estaria em causa um valor de seis milhões de euros, que, disse, não poderia ser menosprezado.

Mais disse que todos os membros da Câmara poderiam expressar a sua opinião e havia opiniões diferentes, mas não poderiam ser usadas palavras absolutas como “nada”, quando tal não era verdade.

Mais disse o Senhor Vice-Presidente que tinha sido dito que a zona industrial de Campo estava moribunda e morta, o que discordava, pois a Câmara Municipal tinha feito um investimento naquela zona e ainda na última reunião de Câmara tinha referido que havia empresas interessadas e comprometidas para se instalarem na zona industrial de Campo.

Disse que na zona industrial de Campo havia um problema com o preço dos terrenos e com a especulação, tendo os preços sido colocados num ponto que lhes tinha retirada atratividade, acrescentando que o Município tinha feito investimento público para começar a criar equidade entre o preço que os investidores estavam dispostos a comprar e o nível de infraestruturização, para que pudesse haver alguma atratividade em termos de mercado.

Continuando a sua intervenção, disse o Senhor Vice-Presidente que não gostaria que no âmbito da revisão do PDM fosse criada em Alfena uma zona industrial e depois se ficasse com o espaço e com a zona industrial à espera, porque entretanto, não tinha havido oportunidade de investimento, acrescentando que havia uma oportunidade de investimento real que deveria ser aproveitada.

Disse o Senhor Vice-Presidente que o Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina, tinha vindo a insistir, duma forma sub-reptícia, na questão de que o processo estava morto, no entanto, disse, a única deliberação que tinha sido tomada em reunião de Câmara tinha sido a do não envio do relatório à CCRN, independentemente do que se pudesse ter pretendido ou de que os eleitos, nas suas declarações de voto, tivessem dito que seria sua intenção. Sublinhou o Senhor Vice-Presidente que a única deliberação que tinha sido colocada à votação e reprovada pela maioria, tinha sido a do envio do relatório, referindo que o Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina, que tantas vezes chamava a atenção, com mérito, para questões formais e factuais, teria de reconhecer que formal e factualmente a única coisa que tinha sido reprovada tinha sido o envio daquele relatório.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Mais disse que entendia perfeitamente a necessidade da proposta apresentada pelos eleitos da Coragem de Mudar, que, disse, era uma tentativa de ratificação duma intenção e haveria a oportunidade de ser votado um documento que já expressava a opinião daqueles eleitos, porém, tal assunto nunca tinha sido votado.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, cumprimentando os presentes.

Disse o Senhor Vereador que se viviam tempos difíceis e havia uma depressão profunda que, segundo perspetivas dos entendidos, iria manter-se, e a Câmara não tinha capacidade de intervenção na dimensão que gostaria de ter para aliviar a situação, atuando ao nível autárquico, com dificuldades financeiras, fruto de investimentos realizados no passado, tendo a situação agravado tais decisões de investimento.

Disse o Senhor Vereador que não queria ficar associado a ter estragado, não ter contribuído e não ter feito tudo o que era possível para melhorar o futuro do Município de Valongo, acrescentando que diariamente eram publicadas notícias de que o Governo tentava resolver o problema financeiro pela via de receita, cobrando mais impostos e aumentando os serviços pagos e que não estava a tomar medidas que potenciavam o crescimento da economia e a criação de riqueza.

Disse o Senhor Vereador que se tinha havido especulação na venda dos terrenos em Alfena e se tinham sido cometidas ilegalidades, tinham de ser investigadas, existindo tribunais para atuar quanto aquelas questões, acrescentando que o que estava em causa era um investimento imediato na ordem dos quarenta e cinco milhões de euros e a criação de cerca de quinhentos postos de trabalho, assim como contribuição autárquica, taxas de urbanismo, IRS, IRC e de derrama.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, dizendo que o IRC não era pago no Município de Valongo.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que o IRC era pago no país, acrescentando que a consolidação das contas e a dupla tributação não seriam pagos no país.

Disse o Senhor Vereador que o Município de Valongo não vivia num mundo isolado e que o Município da Maia, que tinha muito mais investimento, não tinha que ser solidário com o Município de Valongo e dizer que não queria mais investimento porque o IRC não era pago na Maia e Valongo.

Disse o Senhor Vereador que não queria ficar associado a ter prejudicado o futuro do Município, quando todos concordavam que era através do investimento que se poderia recuperar, criar riqueza e voltar a viver com qualidade de vida que, disse, se ia perdendo todos os dias, acrescentando que havia um investimento de quarenta e cinco milhões de euros, quinhentos postos de trabalho e seriam pagas taxas e impostos no Município e no país e não na Holanda.

Disse o Senhor Vereador que havia a oportunidade de se visitar uma plataforma logística em concreto, dum grupo insuspeito, cujo líder tinha afirmado que com salários baixos o país não cresceria, mas estava a ser posto em causa um investimento de quarenta e cinco milhões de euros, de um grupo internacional,



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

que seria uma âncora para outros investimentos, pois a instalação da plataforma iria atrair investimentos de muitos daqueles que com ele se relacionavam e criaria muitos postos de trabalho.

Mais disse o Senhor Vereador que porque alguém tinha pensado que o local em discussão seria ideal para o seu negócio, dependendo a sua instalação do Município, tinha pedido opinião à Câmara Municipal e o Município, que tinha a oportunidade de fazer uma alteração ao PDM para que pudesse ser realizado o investimento imediato e integrar essa alteração no processo de revisão do PDM, numa visão mais alargada para aquela zona, podendo ser incorporada no plano estratégico do Município.

Continuando a sua intervenção, disse o Senhor Vereador que muitos municípios à volta de Valongo estariam ansiosos que a Câmara tomasse a decisão de não aprovar a construção da plataforma logística, com o argumento de que tinha havido especulação e a Câmara ditaria as regras, alteraria o regime fiscal do país e estabeleceria um novo paradigma, acrescentando que tais municípios estariam ansiosos pela decisão da Câmara de Valongo e estariam já à procura de canais de contactos com a Jerónimo Martins para poderem atrair o investimento.

Disse o Senhor Vereador que a construção do Hospital Privado de Alfena tinha estado prevista para o concelho da Maia, no entanto, tinham surgido problemas e ele, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Alfena, tinha contactado o grupo “Trofa Saúde” e apresentado Alfena como sendo uma boa localização. Disse que não tinha medo das acusações que lhe eram feitas relativamente aquele processo, pois quando se estava na causa pública estava-se sujeito a acusações que, sublinhou, tinham de ser provadas, acrescentando que não seria por cobardia que deixaria de defender aquilo que acreditava ser melhor para o futuro do Município.

Mais disse que a zona industrial de Campo era uma zona de excelência, dotada de infraestruturas rodoviárias e da grande mais-valia de uma estrutura ferroviária, mas era por todos conhecidos os problemas de propriedade repartida e de especulação, pois tinham sido criadas expectativas, que tinham inviabilizado investimentos de grande dimensão.

Disse que o Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina, tinha referido que seria possível dar capacidade construtiva a terrenos da zona industrial de Campo que a não tinham, perguntando o Senhor Vereador qual era a diferença entre dar capacidade construtiva na zona industrial de Campo ou em Alfena, onde havia uma intenção concreta de investimento.

Referiu o Senhor Vereador que não queria ofender ninguém, mas muitas vezes as pessoas que ocupavam cargos públicos pensavam que podiam decidir como se fossem donos do mundo, no entanto, a sua obrigação era defender o interesse das populações e não podiam mandar nos investidores, acrescentando que não valia a pena serem utilizados argumentos que não colhiam, pois quem tinha a possibilidade de investir tinha de ser acarinhado e apoiado nos investimentos que pretendia fazer, desde que fossem de qualidade.

Sublinhou o Senhor Vereador que seria muito grave e ficaria para a história do concelho de forma negativa, se o Executivo impedisse a concretização do investimento e das mais-valias públicas que o mesmo traria.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Apelou o Senhor Vereador aos eleitos do Partido Socialista que, disse, ao longo dos últimos dois anos tinham tido sentido de responsabilidade e uma posição construtiva, para que se juntassem à resolução do problema, porque o investimento era extremamente importante para o futuro do Município.

Terminando a sua intervenção, disse o Senhor Vereador que a zona industrial de Campo já tinha décadas e estava na situação em que estava devido a erros políticos então cometidos e estava-se a querer repetir a história com o caso do investimento em Alfena, acrescentando que tal via não levava a lado nenhum.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, dizendo que o Senhor Vereador, Dr. Arnaldo Soares, tinha dito que poderia haver um investimento imediato, porém, disse, não haveria nenhum investimento imediato porque o processo estava muito a montante do investimento, acrescentando que não estava em discussão a questão do investimento, mas a alteração do PDM e todos os procedimentos subsequentes.

Mais disse que o Senhor Vice-Presidente tinha referido que a Câmara apenas tinha chumbado o relatório da consulta pública, que fazia parte do processo de alteração do PDM, perguntando a Senhora Vereadora se não havendo aquele relatório o processo poderia continuar.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que não havendo o relatório, o processo não poderia continuar, mas a Câmara Municipal poderia aprovar um outro relatório que seria enviado para a CCDR, e o processo continuaria.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Maria José Azevedo**, dizendo que tal significava que teria de ser desencadeada nova consulta pública e elaborado novo relatório que seria presente à Câmara para votação.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que tinha decorrido um processo de consulta pública e que no âmbito desse processo, tinham sido enumeradas um conjunto de questões, acrescentando que o que a Câmara tinha decidido que o relatório então elaborado não deveria ser enviado para a CCDR.

Disse o Senhor Vice-Presidente que tinha a informação verbal da CCDR-Norte que para que o processo pudesse continuar, teria de ser enviado aquela entidade o relatório da discussão pública, não tendo a discussão pública de ser repetida, mas sim validado um relatório da discussão pública.

Interveio a Senhora Vereadora, **Dr.ª Trindade Vale**, cumprimentando os presentes.

Disse a Senhora Vereadora que não poderia ficar alheia à discussão em volta do investimento em Alfena, acrescentando que concordava com o que havia sido dito pelo Senhor Vereador, Dr. Arnaldo Soares, nomeadamente quanto à possibilidade de poder haver um investimento avultado, pois era responsável por uma área tão sensível como a da social, e tendo sido falado em reunião do Conselho Local de Ação Social de carência económica, do aumento da taxa de desemprego e do facto das





## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

instituições não terem como suprir as necessidades de todos aqueles que as procuravam, ficava pasma quando havia uma solução à vista e eram criados problemas à sua resolução.

Disse a Senhora Vereadora que não deveria construir-se ilegalmente, mas a Câmara, em conjunto, deveria trabalhar para que o investimento em causa viesse para o concelho de Valongo, uma vez que estava em causa a criação de quinhentos postos de trabalho e haveria também a possibilidade de celebração de protocolos ao nível da social, que poderiam minimizar o descalabro social.

Apelou a Senhora Vereadora para que os membros da Câmara, em conjunto, encontrassem uma forma de valorizar a vinda de uma grandiosa obra para o concelho de Valongo.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que tinham sido proferidas afirmações pelo Senhor Vice-Presidente e pelo Senhor Vereador, Dr. Arnaldo Soares, que mereciam resposta.

Disse o Senhor Vereador que naquela reunião não estava a ser impedido investimento nenhum, pois não estava a ser decidida a vinda de algum investimento, acrescentando que a decisão tinha sido tomada na reunião de Câmara de 15 de dezembro de 2011.

Disse o Senhor Vereador que a resolução apresentada pelos eleitos da Coragem de Mudar naquela reunião visava clarificar dois aspetos: o sentido e alcance da votação tomada em 15 de dezembro de 2011, dadas as dúvidas que constantemente se pretendia manter vivas para que se considerasse o processo como não encerrado, e como resolver uma necessidade de um grupo que queria investir numa zona de Alfena, acrescentando que a resolução apontava uma solução e que os eleitos da Coragem de Mudar não estavam a impedir nenhum investimento.

Mais disse o Senhor Vereador que agradecia os apelos que lhe tinham sido feitos à honestidade intelectual, apelo que, disse, não era necessário, porquanto ele tinha dito recentemente a um órgão de comunicação social que o tinha interrogado, que formalmente, no dia 15 de dezembro tinha sido decidido reprovado o relatório do inquérito público, acrescentando que quanto aquela matéria não havia rigorosamente nenhuma dúvida. Porém, disse, como o processo não podia avançar sem a aprovação daquele relatório, o processo tinha morrido e era aquela segunda parte do processo que o Senhor Vice-Presidente não queria encarar, acrescentando o Senhor Vereador que o processo, tal e qual estava, tinha morrido, poderia ser ressuscitado e recuperado, mas tinha morrido, tendo a decisão sido tomada no dia 15 de dezembro de 2011, onde formalmente tinha sido reprovado o relatório.

Mais disse o Senhor Vereador que o sentido de voto tinha sido declarado não só na declaração escrita e lida pelo Partido Socialista no início da discussão, e que constava da ata que seria aprovada naquela reunião, como na declaração de voto dos eleitos da Coragem de Mudar, acrescentando que ele não tinha feito nenhuma interpretação abusiva daquilo que tinha sido dito na reunião do dia 15 de dezembro.

Continuando no uso da palavra, disse que o Senhor Vereador, Dr. Arnaldo Soares, tinha dito que a Câmara não iria mandar nos investidores, porém ele queria que o Senhor Vereador tivesse dito que os investidores não mandavam na Câmara, sublinhando o Senhor Vereador que com toda a legitimidade que tinha, e não mandando no mundo, como tinha sido referido pelo Senhor Vereador, Dr.

Arnaldo Soares, não havia nenhum investidor que mandasse nele enquanto Vereador.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Disse que o que estava em causa não era um grupo querer investir em Alfena, mas um grupo querer investir na zona norte, tendo sido dito que havia outros municípios que estavam interessados no investimento, acrescentando o Senhor Vereador que na sua perspetiva, que não era paroquial, mas da área metropolitana, que havia muitos anos defendia que deveria ser autarquia, era rigorosamente indiferente, enquanto cidadão da área metropolitana, que o investimento se fizesse na Maia, Matosinhos, Valongo, Gondomar, Paredes ou Vila do Conde, mas se pudesse ter um contributo para que o investimento viesse para Valongo, preferiria.

Mais disse o Senhor Vereador que comparar o investimento em discussão com o investimento da IKEA era absurdo, pois não estava em causa um investimento estrangeiro, que se não viesse para Portugal poderia ir para Espanha, mas um investimento que se não fosse para Valongo poderia ir para Gondomar, acrescentando o Senhor Vereador que pessoas de Valongo que poderiam ser empregadas, poderiam ir para Gondomar ou se o investimento fosse em Valongo, as pessoas que viviam em Gondomar poderiam vir trabalhar para Valongo.

Disse o Senhor Vereador que não tinha uma perspetiva de paróquia e que havia uma ilusão quanto aos quinhentos postos de trabalho, pois nem o documento a que os eleitos da Coragem de Mudar nunca tinham tido acesso, mas que tinha sido lido na presença daqueles eleitos pelo Senhor Vice-Presidente, dizia que o investimento empregaria quinhentas pessoas e que seriam criados novos postos de trabalho, como não o tinha sido no caso da Chronopost.

Referiu o Senhor Vereador que o grupo Jerónimo Martins tinha várias plataformas, designadamente uma em Vila do Conde, que seria encerrada se fosse construída a de Valongo e as pessoas que trabalhavam em Vila do Conde iriam para Valongo, acrescentando que se estava a iludir com a questão dos quinhentos novos postos de trabalho, perguntando se algum membro da Câmara assumiria a responsabilidade de que haveria quinhentos novos postos de trabalho, pois nem ninguém, nem o grupo Jerónimo Martins, na carta que tinha endereçado à Câmara o tinha assumido.

Continuando a sua intervenção, disse o Senhor Vereador que o Senhor Vice-Presidente tinha dito que a Câmara não abdicaria das taxas do licenciamento, no entanto, o regulamento municipal previa para certos investimentos, uma redução significativa de 50% no valor das taxas, acrescentando que a Câmara abdicaria de 50% das taxas.

Disse que quando dizia que a Câmara não ganharia nada com o investimento, era nada comparado com a perspetiva que os eleitos da Coragem de Mudar tinham do que poderia ser o ganho do Município, acrescentando que tinha documentos que comprovavam que a entidade que tinha comprado os terrenos em causa, por seis milhões de euros, se os mesmos fossem viabilizados para construção da plataforma logística, estava disponível para pagar mais catorze milhões, o que, disse, significava que o comprador do terreno considerava que a valorização do terreno crescia de seis para vinte se fosse dada capacidade de construção, e o ato administrativo da Câmara de autorizar construção num local onde não se podia construir valia catorze milhões de euros, de acordo com as declarações do próprio comprador.

Mais disse o Senhor Vereador que uma vez que a viabilização da construção não tinha acontecido no prazo previsto, o comprador já não teria de pagar tal quantia, porém, estava escrito e tratado que o ato administrativo valia catorze milhões de euros, acrescentando que quando dizia que a Câmara não



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

ganhava nada, era porque comparativamente com o que poderia ganhar se viabilizasse a construção, passaria a perder uma parte significativa do ganho dos catorze milhões de euros ficarem no Município.

Disse o Senhor Vereador que quando a Câmara agendasse a reunião proposta no último ponto da resolução dos eleitos da Coragem de Mudar, veria que aqueles eleitos tinham a solução concreta para a questão, solução que, disse, não era nova, mas que tinha sido experimentada e usada em muitos pontos do mundo.

Disse, ainda, o Senhor Vereador, que os eleitos da Coragem de Mudar entendiam que a Jerónimo Martins era muito bem-vinda para Valongo, que deveriam ser tomadas as iniciativas, à semelhança do feito pela Câmara de Paços de Ferreira para a vinda do IKEA para aquele Município e que deveriam ser criados os estímulos que estivessem ao alcance da Câmara para a sua instalação, porém, a Câmara não podia, com o seu ato administrativo, deitar fora o valor desse mesmo ato que, disse, tinha um valor intrínseco e não deveria ir para os particulares, quando pelo menos parte significativa poderia contribuir para o bem público e ficar no domínio público.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Luís Catarino**, dizendo que na reunião de 15 de dezembro de 2011, os eleitos do Partido Socialista tinham apresentado uma declaração de voto e que tinha tido fundamentalmente a ver com a necessidade de informação mais pormenorizada do investimento previsto para a área em discussão, tendo dito que o “(...) o relatório aqui presente reporta-se à consulta pública, mas não enumera nem quantifica as mais-valias que esta grave decisão deveria dar, como por exemplo: quantos funcionários das empresas serão obrigatoriamente do concelho e das freguesias vizinhas? Qual o montante a investir em formação com as pessoas do concelho e apenas com estas em áreas direta ou indiretamente relacionadas? Qual o incentivo à criação ou participação de empresas, as tais que surgem por arrastamento no concelho, por exemplo, através da criação de linhas de crédito com condições específicas? Como será efetuada a manutenção da rede viária? E também não enumera objetivamente quais os prejuízos para o concelho que serão muitos (...)”.

Disse o Senhor Vereador que o sentido de voto dos eleitos do Partido Socialista tinha sido no sentido de exprimir muitas dúvidas em relação ao investimento, acrescentando que o convite feito pelo grupo Jerónimo Martins à Assembleia Municipal, através do Senhor Vice-Presidente da Câmara, e a possibilidade dos eleitos poderem ser informados e ver localmente o tipo de investimento, era positivo.

Disse que concordava com o que havia sido dito pela Senhora Vereadora, Dr.<sup>a</sup> Maria José Azevedo, que teria sido útil que a Jerónimo Martins tivesse vindo reunir primeiro com a Câmara, no entanto, disse, o processo tinha sido conduzido de outra forma, acrescentando o Senhor Vereador que no dia seguinte aquela reunião, havia a possibilidade dos diferentes líderes das forças políticas do concelho verem in loco que tipo de investimento estava em causa e poderiam esclarecer algumas dúvidas, podendo promover-se no futuro uma reunião entre a Jerónimo Martins e a Câmara, pois era uma posição de interesse para o concelho, pois, disse, viviam-se tempos muito difíceis, com um aumento terrível do desemprego, e era fundamental o investimento.

Mais disse o Senhor Vereador que o Partido Socialista estava muito sensível à parte do emprego e os seus eleitos precisavam de saber quantas pessoas seriam empregadas ou se viriam para a plataforma a



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

criar pessoas de outras plataformas, acrescentando que havia necessidade de perceber bem o processo, e aqueles eleitos julgavam que, logo à partida, não deveriam inviabilizar nada, pois entendiam que deveriam ouvir e não iriam tomar nenhuma decisão naquele momento, porque essa decisão deveria ser tomada no momento certo.

Referiu o Senhor Vereador que o Partido Socialista entendia que, no interesse do concelho e no interesse do emprego, iria tomar a decisão no momento certo e que os seus eleitos não estavam a validar, nem a não validar nenhuma situação, queriam ter mais informação e ter a certeza de que o investimento era bom para o concelho.

Informou o Senhor Vereador que os eleitos do Partido Socialista iriam abster-se na moção apresentada pelos eleitos da Coragem de Mudar e entendiam que deveriam possibilitar a recolha de informação para poderem tomar uma decisão definitiva num futuro próximo, com informação adequada e detalhada da situação.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que era importante clarificar a informação dada pelo Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina, relativamente aos catorze milhões de euros.

Disse que o documento que previa o pagamento daquela quantia, fazia lembrar o boletim do euromilhões, pois todas as pessoas que o preenchiam ficavam com a expectativa de que na semana seguinte lhes sairia o boletim premiado, mas depois, a crueldade dos números fazia com que uma percentagem enormíssima ficasse dececionada.

Disse o Senhor Vice-Presidente que estava em discussão um dossiê iniciado em 2007, numa época em que o dinheiro existia a rodos, a banca estava confortável e vendia-se qualquer projeto em terrenos com capacidade construtiva, não faltando terrenos à venda com projetos aprovados e bancos a financiar tais processos. Porém, disse, passados cinco anos, a realidade era diferente e a Câmara não poderia ficar refém da realidade anterior, como também não poderia ficar refém da realidade de há quinhentos anos atrás.

Sublinhou o Senhor Vice-Presidente que o percurso feito relativamente à venda dos terrenos deveria ser auditado por quem de direito e resolvido, no entanto, tais terrenos tinham sido registados e comprados por seis milhões de euros, acrescentando que ainda que se admitisse, conforme havia sido dito pelo Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina, que haveria uma expectativa de que a Câmara pudesse absorver uma parte importante de suposta mais-valia de catorze milhões de euros que a venda dos terrenos geraria, havia uma expectativa real de benefício direto para o concelho na ordem dos seis milhões de euros.

Mais disse o Senhor Vice-Presidente que as realidades tinham mudado e que se o Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina, entendia, como ele, que o documento que previa a mais-valia de catorze milhões de euros era estapafúrdio, aquela não poderia ser razão para a Câmara tomar as suas decisões.

Continuando no uso da palavra, disse o Senhor Vice-Presidente que num momento de dificuldade no concelho, na região norte e no país, o concelho de Valongo tinha fatores de atratividade para poder fixar um investimento avultado, pelo que a Câmara teria de promover todas as diligências para que todos os



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

eleitos, em consciência, pudessem decidir, daí, disse, ter concordado com a iniciativa que lhe tinha sido transmitida e que transmitira ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de ser feita uma visita às instalações de uma plataforma idêntica, conhecer a forma como o grupo Jerónimo Martins entendia um investimento de uma plataforma logística e um conjunto de serviços de cariz social importante, nomeadamente uma creche para os funcionários que trabalhavam numa unidade logística terem onde deixar os seus filhos, o que, disse, demonstrava uma preocupação social bem clara.

Disse que os pequenos investimentos que existiam do grupo no concelho de Valongo tinham um comportamento solidário, tendo oferecido refeições aos bombeiros voluntários no período de incêndios, acrescentando que estava em causa um parceiro que deveria ser apoiado dentro da legalidade e dos atos que a Câmara poderia tomar.

Recordou o Senhor Vice-Presidente que o processo de alteração pontual do PDM tinha pareceres positivos de todas as entidades, não estando a Câmara sozinha naquele processo, mas ficaria sozinha se o reprovasse, pois, disse, quer a CCDR, a ARH e a Comissão Nacional da REN, tinham-se pronunciado favoravelmente.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, **Dr. Fernando Melo**, dizendo que era a favor de todos os investimentos feitos no concelho que criassem riqueza e postos de trabalho.

Disse, ainda, o Senhor Presidente da Câmara que no caso da sua ex-nora, o concurso para técnico superior tinha acontecido um ano depois do divórcio com o seu filho, quando já não havia qualquer relação de parentesco ou afinidade.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que na sua intervenção, e sobre a alteração pontual do PDM, não tinha dito que os investidores iriam mandar nos membros da Câmara, mas que teria de haver cuidado com a qualidade e com o tipo de investimento, para defesa dos interesses do Município, no entanto, disse, a Câmara não poderia ter a veleidade de julgar que iria mandar nos investidores, acrescentando que havia muitas formas de os mandar embora e de impedir o investimento.

Disse o Senhor Vereador que quem decidia investir quarenta e cinco milhões de euros numa época de crise necessitava efetivamente desse investimento para o seu negócio, acrescentando que havia dez ou quinze anos, se os negócios corressem mal tudo era mais fácil, no entanto, na época em que se vivia tal não era assim e as pessoas iriam mesmo embora e a Câmara ficaria associada a essa situação.

Referiu o Senhor Vereador não perceber porque não poderia ser comparado o investimento da Jerónimo Martins com o do IKEA, pois, disse, o que tinha motivado o Município de Paços de Ferreira a empenhar-se na concretização do IKEA tinha sido o investimento, a criação de postos de trabalho e a dinamização da economia local.

Disse, ainda, que por mais metropolitano que quisesse ser, preocupava-se sempre com o seu Município e depois num ato de solidariedade, com o dos outros, e que para ele não era indiferente que o investimento se realizasse em Gondomar ou em Valongo, sublinhando que não tinha uma visão paroquial, gostava de ajudar, pois todos tinham de ser solidários. Porém, disse, o Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina, também não tinha tal opinião, pois tinha questionado quantos postos de trabalho



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

seriam criados no Município com tal investimento e quantos municípios iriam lá trabalhar, acrescentando que o Senhor Vereador não deveria preocupar-se com aquela questão, pois tinha dito que Valongo estava na área metropolitana.

Continuando a sua intervenção, disse o Senhor Vereador que queria todo o bem para todos os municípios à volta de Valongo, mas defenderia sempre aquele investimento e tudo faria o que estivesse ao seu alcance para que se realizasse no Município de Valongo.

Disse que o Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina, tinha referido que havia uma solução para que o Município tirasse maior proveito da valorização que advinha de um ato administrativo, ideia com que concordava, disse, pois o que o preocupava era a causa pública, no entanto, havendo uma economia de mercado, deveria ser pedido ao Ministro das Finanças para alterar a legislação fiscal, não podendo o Município de Valongo estabelecer regras fiscais diferentes dos restantes municípios, nomeadamente ao nível do usufruto das mais-valias pelos municípios.

Referiu o Senhor Vereador que o sistema fiscal estava assente num conjunto de princípios fiscais e através do sistema fiscal era feita a redistribuição do rendimento e quem entendia que deveria ser de forma diferente, deveria lutar pela alteração do sistema fiscal, acrescentando que as mais-valias eram tributadas, tendo sido a forma encontrada pelo legislador para que alguém que tivesse tido um ganho extraordinário, pagasse de uma forma extraordinária e fosse redistribuída a riqueza, dizendo ainda, o Senhor Vereador que por mais bondade que a pretensão dos eleitos da Coragem de Mudar tivesse, Valongo não poderia ser diferente, num mundo que era cada vez mais global.

Mais disse o Senhor Vereador que outra coisa não esperava dos eleitos do Partido Socialista, julgando que a ida a Lisboa seria importante para sossegar os espíritos e demonstrar que não estava em causa algo etéreo, mas uma possibilidade de construir, acrescentando que não poderia estar presente, no entanto, o que tinha visto já bastava para tomar a decisão.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que os eleitos da Coragem de Mudar não tinham a vevidade nem o poder de propor alteração das regras fiscais, pois tal era uma reserva de competência da Assembleia da República.

Disse que o Senhor Vereador, Dr. Arnaldo Soares, poderia ter a capacidade de perceber o que era uma plataforma sem a visitar, mas não deveria querer antecipar o raciocínio dele e tentar ver nos eleitos da Coragem de Mudar um discurso de alteração de regras fiscais, pois tal só poderia conduzir o Senhor Vereador a um erro, como aquele a que tinha conduzido.

Disse o Senhor Vereador que ficava preocupado com o facto do Senhor Vereador, Dr. Arnaldo Soares, concordar com os eleitos da Coragem de Mudar de que a alteração do PDM deveria ser considerada em sede de alteração do PDM e não como uma alteração pontual, preocupação demonstrada desde o início por aqueles eleitos, que o Senhor Vereador estava de acordo que as mais-valias deviam ficar no município, o que, disse, também o preocupava a consonância do Senhor Vereador com aqueles eleitos, e pelo facto do Senhor Vereador ter dito que o país estava em depressão, quando havia dois ou três meses defendia que para 2012 haveria um crescimento de 2%.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Disse o Senhor Vereador que ao referir-se aos ganhos das mais-valias com a alteração da capacidade construtiva, não estava a isentar do pagamento do outro tipo de tributações, tais como as taxas urbanísticas, pelo que não poderia ser substituído o exemplo dos catorze milhões de euros pelos seis milhões de euros que o Senhor Vice-Presidente dizia que seriam um ganho, quando muito, disse, tais valores poderiam ser somados, porque as taxas não deixavam de ser pagas, pois estavam regulamentadas, acrescentando o Senhor Vereador que fazer comparações alterava o raciocínio e conduzia a conclusões enviesadas.

Mais disse o Senhor Vereador que, perante a posição anunciada pelo Senhor Vereador, Dr. José Luís Catarino, julgava que o Partido Socialista não deveria, relativamente a uma matéria tão delicada, ter a posição cómoda de nada dizer, julgando que aqueles eleitos deveriam responder claramente ao repto lançado pelo Senhor Vereador, Dr. Arnaldo Soares, que tinha mostrado satisfação pela abstenção daqueles eleitos, e propondo que estivessem ao lado dele naquela matéria.

Pedi o Senhor Vereador que, relativamente à matéria em discussão, o Partido Socialista se definisse, porque, disse, a abstenção era o nada dizer, e no caso do nada dizer naquela circunstância, conhecendo-se a posição de voto, era dizer mais do que se queria dizer, sem nada querer dizer.

Pedi o Senhor Vereador que o Partido Socialista definisse o seu sentido de voto, perante a votação ponto a ponto das questões colocadas na moção, acrescentando que o Senhor Vereador, Dr. José Luís Catarino, tinha referido que o sentido de voto do dia 15 de dezembro de 2011, do Partido Socialista tinha tido apenas que ver com a natureza do investimento, mas tal afirmação era esquecer outras coisas que estavam escritas, como por exemplo, o princípio da equidade, referido na declaração de voto dos eleitos do Partido Socialista, que dizia que não deviam ser uns particulares favorecidos em relação a outros, e era também dizer que o sentido da votação feita em setembro relativamente aos outros terrenos estava em causa, acrescentando o Senhor Vereador que constava da ata da reunião de Câmara de 15 de dezembro de 2011 a posição do Partido Socialista de reprovar o relatório, que não tinha tido apenas que ver com a natureza do investimento, conforme havia sido dito pelo Senhor Vereador, Dr. José Luís Catarino.

Disse o Senhor Vereador que a intervenção dos eleitos do Partido Socialista na reunião do dia 15 de dezembro de 2011 tinha sido bem mais funda do que aquilo que o Senhor Vereador, Dr. José Luís Catarino, estava a querer dizer.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Miranda**, dizendo que tinha sido um espectador atento na discussão daquela matéria que, disse, se pretendia que fosse profunda.

Disse o Senhor Vereador que o processo tinha duas fases: a fase até à reunião de Câmara de 15 de dezembro e a fase a partir dessa reunião. Referiu que para ele tinha sido um pouco difícil entender o que estava em discussão, se os terrenos de construção ou se o investimento, pois umas vezes era o terreno e outras o investimento, tendo acrescentado que tinha sido dito que o terreno deveria ser salvaguardado, devido a todos os problemas que tinham acontecido, e que o projeto que não teria viabilidade e não valia a pena investir.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Disse que até à reunião de 15 de dezembro, o processo tinha sido largamente suspeito, em virtude de haver muitas questões não esclarecidas, tendo todos os cidadãos que o tinham acompanhado dado conta disso, razão pela qual, disse, o Partido Socialista, a 15 de dezembro, tinha tomado a atitude que tinha tomado, acrescentando o Senhor Vereador que havia sempre maneira de fazer o alinhamento para um lado ou para o outro.

Disse o Senhor Vereador que o Partido Socialista, ao tomar a decisão que tinha tomado na reunião de Câmara de 15 de dezembro, tinha cortado com um assunto largamente suspeito e aberto uma janela no sentido de iniciar um novo processo, numa Câmara extremamente democrática, onde todas as decisões essenciais eram tomadas por aquele órgão que, disse, tinha capacidade de decisão imediata, dando oportunidade que o assunto fosse discutido com transparência e objetividade.

Mais disse o Senhor Vereador que enquanto munícipe, e tendo alguma responsabilidade na Câmara, não abdicava dela e não queria em consciência, sentir-se responsável por ajudar a inviabilizar alguma coisa que poderia ser muito importante para o concelho, por motivos que não os do interesse de uma comunidade, acrescentando que ainda não estava bem esclarecido se seria ou não, porém havia uma oportunidade dos eleitos se deslocarem a Lisboa para ver in loco uma plataforma logística.

Disse, ainda, o Senhor Vereador que em tempo de pobreza não se poderia passar por cima da questão com tal facilidade, acrescentando que a situação deveria ser analisada até à última questão, para se ver por que razão o investimento seria inviabilizado.

Continuando a sua intervenção, disse o Senhor Vereador que ao nível da área metropolitana o concelho de Valongo estava muito aquém e precisava de crescer com investimentos concretos, julgando que a Câmara deveria agarrar aquele investimento e estudá-lo, e não permitir que houvesse acusações de suspeições.

Referiu o Senhor Vereador que a posição do Partido Socialista era a sua posição e que não se deveria discutir pequenas questões e escamotear o que era importante, acrescentando que independentemente de ser o grupo Jerónimo Martins ou qualquer outra empresa, o importante era obter o máximo de mais-valias para o concelho, acrescentando que não poderiam ser discutidas as mais-valias se, logo à partida, o processo era inviabilizado e que as pessoas que necessitavam de emprego e queriam desenvolvimento não compreenderiam a atitude dos membros da Câmara.

Terminando a sua intervenção, disse o Senhor Vereador que relativamente aquele processo, deveria ser dada uma oportunidade e que todos os membros da Câmara deveriam unir-se e demonstrar que era possível fazer alguma coisa em Valongo, em que a transparência seria evidente e a suspeição arrumada, pois havia capacidade para tal.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Luís Catarino**, dizendo que o que sempre tinha movido o Partido Socialista tinha sido o interesse do concelho e das pessoas, sublinhando que a política existia para as pessoas e o Partido Socialista não governava para números, mas para as pessoas.

Disse que ver a plataforma e obter informação para se ter a certeza de que tomariam a decisão certa não tinha nenhum problema, acrescentando que a votação dos eleitos do Partido Socialista na resolução apresentada pelos eleitos da Coragem de Mudar não estava a impedir que continuasse a haver





## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

informação e discussão e que se escolhesse o que de melhor pudesse vir para o concelho e para as pessoas, numa época de grande pobreza, em que as pessoas andavam tristes e com grandes dificuldades no seu dia a dia.

Referiu o Senhor Vereador que dada a sua profissão, percebia as dificuldades das pessoas, e que os membros da Câmara tinham de ter calma suficiente para recolher toda a informação necessária e tomar uma posição definitiva no momento certo, acrescentando que com a informação que obteriam, decidiriam a bem do concelho e das pessoas, que, disse, eram a principal preocupação do Partido Socialista.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, registando a intervenção dos eleitos do Partido Socialista, em particular a intervenção do Senhor Vereador, Dr. José Miranda, de quem, disse, não esperava outra coisa, pois conhecia-o bem.

Disse o Senhor Vereador que estaria de acordo com o Senhor Vereador, Dr. José Pedro Panzina, sempre que na sua opinião o assunto justificasse estarem de acordo, acrescentando que nunca se perderia em questões de pormenor, nem queria ser notícia pelos aspetos negativos, mas preocupar-se-ia sempre com as questões essenciais.

Disse o Senhor Vereador que em sede de revisão do PDM, deveria ser analisada a possibilidade de criação de uma zona industrial em Alfena, na zona de Transleça, acrescentando que tinha dito que estava em discussão uma alteração pontual ao PDM para resolver um problema concreto e específico, mas tal não impedia que aquela alteração fosse discutida numa base mais ampla, em sede de revisão do PDM.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foram colocados à votação os pontos constantes da resolução apresentada pelos eleitos da Coragem de Mudar.

**A.** Considerar que o procedimento de alteração pontual do PDM que foi requerido pela NOVIMOVESTE, S.A. foi por si indeferido.

Reprovado.

Votaram a favor os Senhores Vereadores da Coragem de Mudar, Dr.<sup>a</sup> Maria José Azevedo e Dr. José Pedro Panzina.

Votaram contra o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Fernando Melo, o Senhor Vice-Presidente, Dr. João Paulo Baltazar, a Senhora Vereadora, Dr.<sup>a</sup> Trindade Vale e o Senhor Vereador, Dr. Arnaldo Soares

Abstiveram-se os Senhores Vereadores do Partido Socialista, Dr. José Luís Catarino, Dr.<sup>a</sup> Luisa Oliveira e Dr. José Miranda.

**B.** Comunicar ao requerente, para todos os efeitos e com todas as consequências legais, a decisão de indeferimento.

Votação prejudicada, em virtude de não ter sido aprovado o disposto na alínea a).



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

C. Dar a conhecer à equipa que leva a cabo a revisão do PDM que deve manter na situação de não resolvida a questão da eventual localização, junto ao designado nó de Transleça da autoestrada A41 e da EM 606, de zonas empresariais.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, perguntando qual era o sentido do proposto na alínea c), julgando que uma vez que o proposto na alínea b) tinha ficado prejudicado, era uma indicação para que se olhasse para o processo num sentido de mais amplo.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que o assunto da eventual localização de uma zona empresarial junto ao nó da autoestrada, designado Transleça, e da EM 606 era um assunto não resolvido.

Disse o Senhor Vereador que o Senhor coordenador da equipa que estava a fazer a revisão do PDM, nas várias reuniões de acompanhamento daquele processo, tinha proposto a localização de um ponto vermelho naquela zona, pois tinha sido essa a decisão transmitida pela Câmara. Porém, disse, o que estava a ser proposto era que a decisão da Câmara haveria de ser outra qualquer, quando a Câmara decidisse, acrescentando o Senhor Vereador que o que estava escrito naquela alínea era que o assunto não estava resolvido.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, perguntando se a decisão não feriria o ponto vermelho que tinha sido assinalado.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que a Câmara decidiria se feriria ou não. Disse o Senhor Vereador que o Senhor Vice-Presidente queria algo que não estava escrito na alínea em discussão, que fosse dito que o processo estava aprovado.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, **Dr. João Paulo Baltazar**, dizendo que não.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que o que estava dito era que a eventual localização de uma zona empresarial no local em apreço era uma questão em aberto, sobre a qual a Câmara iria pronunciar-se quando fosse oportuno pronunciar-se, fosse essa zona pequena ou grande, de um ou dos dois lados da estrada.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que a equipa de revisão do PDM deveria analisar a possibilidade de instalação no local em apreço de uma zona empresarial, não pondo, no entanto, em causa o avanço da alteração pontual do PDM, dado o conjunto de circunstâncias já referidos naquela reunião.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. José Pedro Panzina**, dizendo que os eleitos da Coragem de Mudar não queriam com a votação daquela resolução, dizer o que não estava escrito.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Disse o Senhor Vereador que não estava a ser tratada a alteração do PDM, mas apenas era proposto que a Câmara comunicasse à equipa do PDM que a questão não estava resolvida.

Aprovado por unanimidade.

**D.** Instar o Senhor Presidente a iniciar, com urgência, a procura de terrenos, nomeadamente na Zona Industrial de Campo, que tenham as características dimensionais que comportem uma plataforma logística como a que é referida ser do interesse do grupo Jerónimo Martins, ainda que possam não ter a capacidade construtiva desejada.

Interveio o Senhor Vereador, **Dr. Arnaldo Soares**, dizendo que votaria contra aquele ponto, uma vez que depois de tudo aquilo que tinha sido discutido e toda a argumentação explanada, não fazia sentido votar favoravelmente aquele ponto.

Reprovado.

Votaram a favor os Senhores Vereadores da Coragem de Mudar, Dr.<sup>a</sup> Maria José Azevedo e Dr. José Pedro Panzina.

Votaram contra o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Fernando Melo, o Senhor Vice-Presidente, Dr. João Paulo Baltazar, a Senhora Vereadora, Dr.<sup>a</sup> Trindade Vale e o Senhor Vereador, Dr. Arnaldo Soares  
Abstiveram-se os Senhores Vereadores do Partido Socialista, Dr. José Luís Catarino, Dr.<sup>a</sup> Luisa Oliveira e Dr. José Miranda.

**E.** Que todas as iniciativas neste sentido sejam permanentemente dadas a conhecer a todos os membros da Câmara Municipal.

Votação prejudicada, em virtude de não ter sido aprovado o disposto na alínea d).

**F.** Que seja agendada com brevidade uma reunião da Câmara que tenha por objeto a discussão do que deve ser o novo paradigma da intervenção municipal em matéria da criação futura de novas “zonas empresariais”.

Aprovado por unanimidade.

## RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Presente à Câmara o resumo diário da tesouraria do dia anterior que acusa um total de disponibilidades de um milhão, trezentos e sessenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO**

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

### **1- APROVAÇÃO DA ATA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011**

Aprovada por maioria.

Absteve-se a Senhora Vereadora, Dr.<sup>a</sup> Maria José Azevedo e o Senhor Vereador, Dr. José Luís Catarino, por não terem estado presentes na reunião.

### **2 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA DESPESAS DE FUNCIONAMENTO CORRENTE E MATERIAL DE DESGASTE PARA OS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO – ANO LETIVO 2011/2012**

**Processo retirado.**

### **3 - PROCISSÃO EM HONRA A S. VICENTE - AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO**

Presente à Câmara Municipal o processo referente ao assunto em epígrafe, o qual foi objeto da informação n.º016/STLE/2012 datada de 11 de janeiro, do seguinte teor:

“ Em referência ao assunto mencionado em epígrafe, cumpre-me informar:

Vem o Conselho da Fábrica da Igreja de Alfena, a exemplo de anos anteriores, solicitar autorização para a realização de uma procissão em honra de S. Vicente, no dia 22 de janeiro, do corrente ano, das 11.30h às 12.00h, nas Ruas do Centro Social, Comendador de Matos e Padre Américo, em Alfena.

No seguimento de referido pedido foram solicitados os pareceres técnicos, bem como à Junta de Freguesia e G.N.R. locais.

A G.N.R. de Alfena informa, que não há inconveniente quanto à realização da procissão, com as seguintes condicionantes:

- a) Conveniente policiamento nas localidades de passagem, particularmente nos locais de partida e de chegada e ainda nos mais frequentemente são procurados pelo público, devendo ser requisitadas as forças necessárias ao Comando;
- b) A prova deverá ser acompanhada por motociclistas, a requisitar pela Entidade Organizadora da Prova ao Comando da GNR;
- c) Não devem ser pintados quaisquer símbolos ou marcas nas Estradas Nacionais, ficando a cargo da Entidade Organizadora o pagamento de eventuais prejuízos causados à Estrada;
- d) Os participantes deverão ocupar apenas metade da faixa de rodagem, de forma a não afetarem o trânsito normal.

A Junta de Freguesia informa que não vê qualquer inconveniente, na realização da procissão em honra do Padroeiro daquela freguesia.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

A Divisão de Vias, Arruamentos e Trânsito informa que tendo em consideração que o percurso é igual ao que se verificou em anos transatos, em termos de trânsito não vê inconveniente em deferir o pretendido.-

Informo ainda que a Fábrica da Igreja de Alfena, está isenta de pagamento da licença, de acordo com a al. c), do nº 1, art.º 5.º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais.

Assim, face aos pareceres emitidos sobre o pretendido, julgo, salvo melhor opinião, ser de atender a pretensão.

Assim, coloca-se à consideração do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, a inclusão do assunto na ordem do dia da reunião da Câmara Municipal, a quem compete deliberar sobre as festividades e outros divertimentos organizados nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, nos termos do art.º 29º do Dec-lei nº 310/2002 de 18 de dezembro.”

A presente informação foi elaborada pela assistente técnica Manuela Cunha. Em 12/01/2012 a Exm.ª Diretora do Departamento Financeiro informou o seguinte: “Concordo. Propõe-se a realização da procissão nas condições impostas pela GNR. Após autorização do evento pela Câmara Municipal será emitido o respetivo alvará de licença.”

O Exm.º Senhor Presidente emitiu o seguinte despacho: “Concordo. Elabore-se minuta para ser presente à reunião de Câmara.”

Depois de apreciado o assunto foi deliberado, nos termos do artigo 64º, n.º7 alínea b) da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, conjugado com o artigo nº 29, nº 1 do Dec-Lei 310/2002 de 18 de dezembro, por **unanimidade** autorizar a realização da procissão em honra de S. Vicente, no dia 22 de janeiro, das 11,30h às 12,00h, nas ruas do Centro Social, Comendador de Matos e Padre Américo, da freguesia de Alfena.

#### **4 – DESVIO DE TRÂNSITO NA RUA PRESAS DE SÁ, EM ERMESINDE, PARA REALIZAÇÃO DA TRAVESSIA SOB O RIO TINTO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**

Presente à Câmara o processo referente ao assunto mencionado em epígrafe, o qual foi objeto da informação técnica n.º 34/DVAT.SCVA/2012, de 13 de janeiro, prestada pela Técnica Superior Eng.ª Cláudia Rodrigues, cujo teor se transcreve:

“Com vista à prossecução das obras a cargo da REN para supressão das linhas aéreas entre a subestação da Palmilheira e o novo posto de transição dos Montes da Costa, necessita a CME de realizar a travessia da 2ª linha sob o Rio Tinto na rua Presas de Sá.

Atentos às condições climatéricas previstas para a próxima semana, e com vista à conclusão das interferências com a maior brevidade possível, veio a CME, enquanto entidade executante, por requerimento datado de hoje, solicitar autorização com carácter de urgência para execução daqueles trabalhos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Para o efeito, é necessário implementar o desvio de trânsito já utilizado para realização da travessia da linha 1 sob o Rio Tinto, no mesmo arruamento.

Atendendo a que na fase anterior não houve qualquer problema de fluência viária, propõe-se que seja autorizado o condicionamento entre os dias 17 e 25 de janeiro de 2012, nos seguintes termos:

1. Supressão de um sentido de trânsito na Rua Presas de Sá, no troço compreendido entre as Ruas Duarte Lobo e Padre Américo, direção rotunda da Vila Beatriz para a rotunda da A4, com desvio de pesados pela Rua José Joaquim Ribeiro Teles e de ligeiros pelas Ruas Duarte Lobo, Jornal de Notícias e Padre Américo, reentrando na Rua Presas de Sá.
2. No sentido rotunda da A4 – rotunda da Vila Beatriz, não haverá qualquer alteração.
3. Os percursos alternativos serão devidamente assinalados no local e os trabalhos serão devidamente sinalizados de acordo com a legislação em vigor, garantindo a necessária informação sobre os cuidados e condicionalismos impostos.

Caso a proposta mereça deferimento, propõe-se, desde já, o envio do ofício anexo ao requerente.

Tem competência para decidir sobre este assunto a Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 64º da lei 169/99 de 18 de setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.”

Sobre este assunto a Chefe da Divisão de Vias, Arruamentos e Trânsito, Eng.ª. Paula C. Pereira Marques prestou, em 2012.01.13, a seguinte informação:

“Dada a urgência de que se reveste a realização deste trabalho e dada a impossibilidade de o mesmo ser presente atempadamente à próxima reunião de Câmara, solicito despacho de V. Exa., devendo este assunto ser presente para efeitos de ratificação, à próxima reunião de Câmara, nos termos do disposto no n.º3 do artigo 68º. da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.”

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, exarou o seguinte despacho:

“Autorizo.

Submeta-se este meu despacho a reunião de Câmara”.

Depois de apreciado o assunto foi deliberado, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 7 do art. 64º., conjugado com o n.º 3 do art.º 68º, ambos, da Lei nº. 169/99 de 18 de setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, por **unanimidade, ratificar o despacho exarado em 2012.01.16**, pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, que aprovou o desvio de trânsito, entre os dias 17 e 25 do corrente mês, na Rua Presas de Sá, em Ermesinde, com vista à prossecução das obras da responsabilidade da REN, de acordo com as condições expressas na supracitada informação.

### **5 - PROCESSO DE ELEVADORES N.º 32-E/2010 EM NOME DE ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PENTA.**

**- LOCAL – RUA DAS LOUSAS – VALONGO. PROPOSTA DE SELAGEM DE ELEVADORES.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

Presente à Câmara Municipal o processo de elevadores mencionado em epígrafe, em nome de Administração do condomínio do Edifício Penta, respeitante à proposta de selagem de elevadores do supracitado processo, instruído com a informação técnica n.º 16/SAA.DFU/2011 datada de 2011.12.29, cujo teor se transcreve, subscrita pela Assistente Técnica, Joana Gonçalves:

«Através dos ofícios n.ºs 1243 e 1244/SAA/DEU de 20.10.2010, e ainda do n.º 773/DFU de 18.05.2011 foi a Administração do Condomínio do prédio sito na Rua das Lousas, com entrada pelos n.ºs 850 e 880, em Valongo, notificada no sentido de apresentar nesta Câmara Municipal o pedido de inspeção aos elevadores instalados no prédio, que se encontrava com os respetivos certificados caducados, sob pena de elaboração de participação e eventual procedimento contraordenacional.

Porquanto os requerimentos para realização das inspeções não foram apresentados, o assunto foi remetido à Divisão de Fiscalização e Vigilância, tendo sido instaurado procedimento contraordenacional relativamente à participação n.º412/2011, de 30 de novembro.

Face ao exposto, propõe-se que o assunto seja encaminhado ao IEP, tendo em vista a selagem do referido elevador, uma vez que as instalações não oferecem as necessárias condições de segurança.

Tem competência para decidir sobre o assunto a Exm.ª Câmara Municipal ao abrigo do n.º 1 do art.º11.º do Decreto-Lei n.º320/2002 de 28/12.»

Sobre o assunto foi prestada a informação da Chefe da DFU, Eng.ª Alexandra Ribeiro, em 02.01.2012, que igualmente se transcreve:

«À Consideração do Sr. Diretor do DPGU,

Concordo, propõe-se que o assunto seja encaminhado para o IEP com vista à selagem do elevador em apreço por falta de condições de segurança e ao abrigo do nº1 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 320/2002, de 28/12.»

Sobre o assunto foi prestada a informação do Sr. Diretor do DPGU, Arq.º Vítor Sá, em 03.01.2012, que igualmente se transcreve:

«À Consideração do Sr. Vice – Presidente, Dr. João Paulo Baltazar

Concordo com o proposto.

É da competência do Órgão Colegial da Câmara Municipal a decisão sobre o assunto.»

O Sr. Vice - Presidente, em 11.01.2012, emitiu o despacho que se transcreve:

«Concordo, ao Sr. Presidente para agendar na reunião de Câmara.»

O Exmo. Sr. Presidente da Câmara, emitiu em 13.01.2012, o seguinte despacho:

«Concordo.

Elabore-se minuta para ser presente à reunião de Câmara.»

Depois de apreciado o assunto foi deliberado, nos termos do nº 1, do artigo 11º do Decreto-Lei nº 320/2002 de 28/12, por **unanimidade**, determinar a selagem dos elevadores, instalados no prédio sito na Rua das Lousas, com entrada pelos números, 850 e 880, na freguesia de Valongo, com base na informação técnica prestada.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO**

PRÉMIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS LOCAIS – CATEGORIA AMBIENTE

**ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a constar, foi encerrada a reunião quando eram doze horas e quinze minutos. Para constar lavrou-se a presente ata que, depois de devidamente aprovada, será por mim assinada, Diretora do Departamento de Administração Geral e Modernização Administrativa, Helena Justa Ferreira Moreira de Oliveira. \_\_\_\_\_

*Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.*